

## **Entre o pão e o poder: a feminização da pobreza como expressão da colonialidade**

Between bread and power: the feminization of poverty as an expression of coloniality

Entre el pan y el poder: la feminización de la pobreza como expresión de la colonialidad.

**Mayara Grasiella Silvério**

Pontifícia Universidade Católica Do Paraná

<https://orcid.org/0009-0007-6420-399X>

**Jaci de Fátima Candiotto**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

<https://orcid.org/0000-0002-1780-545X>

**Resumo:** O presente artigo discute a feminização da pobreza como uma das expressões mais evidentes da colonialidade contemporânea, evidenciando como o patriarcado, o racismo e a desigualdade social se articulam na negação de direitos e na violação da dignidade humana. A partir de uma abordagem feminista, interseccional, decolonial e comprometida com os direitos humanos, busca-se compreender a pobreza e a fome não como fenômenos naturais, mas como instrumentos de controle e exclusão que afetam de maneira mais intensa as mulheres negras. Metodologicamente, o estudo adota uma perspectiva qualitativa e teórico-crítica, voltada à análise das estruturas históricas e sociais que sustentam essas desigualdades. Conclui-se que a feminização da pobreza não é apenas

um reflexo da desigualdade econômica, mas também uma manifestação estruturada da interseção entre gênero, raça e classe, reforçando a necessidade de políticas públicas e ações sociais que considerem essas dimensões. Para enfrentar essas desigualdades, é imprescindível reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres negras, promover a equidade salarial, garantir acesso a direitos básicos e fortalecer estratégias que rompam com os ciclos de exclusão histórica, avançando rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Feminização da pobreza; Colonialidade; Mulheres negras; Patriarcado; Direitos humanos.

**Abstract:** This article discusses the feminization of poverty as one of the most evident expressions of contemporary coloniality, highlighting how patriarchy, racism, and social inequality intersect in the denial of rights and the violation of human dignity. From a feminist, intersectional, decolonial, and human rights-oriented perspective, it seeks to understand poverty and hunger not as natural phenomena, but as instruments of control and exclusion that disproportionately affect Black women. Methodologically, the study adopts a qualitative and critical-theoretical approach, aimed at analyzing the historical and social structures that sustain these inequalities. It is concluded that the feminization of poverty is not merely a reflection of economic inequality but also a structured manifestation of the intersection between gender, race, and class, reinforcing the need for public policies and social actions that consider these dimensions. To address these inequalities, it is essential to recognize and value the work of Black women, promote wage equity, ensure access to basic rights, and strengthen strategies that break cycles of historical exclusion, moving toward a more just and equitable society.

**Keywords:** Feminization of poverty; Coloniality; Black women; Patriarchy; Human rights.

**Resumen:** Este artículo analiza la feminización de la pobreza como una de las expresiones más evidentes de la colonialidad contemporánea, evidenciando cómo el patriarcado, el racismo y la desigualdad social se articulan en la negación de derechos y en la violación de la dignidad humana. Desde un enfoque feminista, interseccional, decolonial y comprometido con los derechos humanos, se busca comprender la pobreza y el hambre no como fenómenos naturales, sino como instrumentos de control y exclusión que afectan de manera más intensa a las mujeres negras. Metodológicamente, el estudio adopta una perspectiva cualitativa y teórico-crítica, orientada al análisis de las estructuras históricas y sociales que sostienen estas desigualdades. Se concluye que la feminización de la pobreza no es solo un reflejo de la desigualdad económica, sino también una manifestación estructurada de la intersección entre género, raza y clase, reforzando la necesidad de

políticas públicas y acciones sociales que consideren estas dimensiones. Para enfrentar estas desigualdades, es imprescindible reconocer y valorar el trabajo de las mujeres negras, promover la equidad salarial, garantizar el acceso a derechos básicos y fortalecer estrategias que rompan los ciclos de exclusión histórica, avanzando hacia una sociedad más justa e igualitaria.

**Palabras-clave:** Feminización de la pobreza; Colonialidad; Mujeres negras; Patriarcado; Derechos humanos.

## Introdução

Falar de fome e pobreza é falar de corpos. Corpos que sentem, que resistem, que cuidam e que, muitas vezes, são esquecidos nas estatísticas. A pobreza, no entanto, não é um acaso. Ela tem gênero, cor e território. E, no Brasil, tem rosto de mulher e na maioria das vezes ela é negra. Por trás dos números e relatórios, existe uma realidade marcada por histórias de sobrevivência, onde a ausência de políticas públicas e a desigualdade social se entrelaçam às estruturas do racismo e do patriarcado, transformando a fome em uma forma silenciosa de violência.

O que chamamos de “feminização da pobreza” não é apenas um termo sociológico, mas o reflexo de um sistema que coloca as mulheres e, principalmente, as mulheres negras na base da pirâmide social. Elas são as que mais enfrentam o desemprego, a informalidade e os baixos salários, as que mais acumulam o trabalho do cuidado e o sustento da família, as que menos têm acesso a direitos básicos. A fome, nesse cenário, torna-se um instrumento cruel de controle e subordinação, usado para perpetuar desigualdades que atravessam séculos.

Como lembra María Lugones (2014), o patriarcado moderno-colonial não apenas subordinou as mulheres, mas redefiniu suas existências a partir da racialização. A mulher negra, nesse contexto, foi duplamente silenciada: pelo gênero e pela cor. Aníbal Quijano (2005) também nos alerta que a colonialidade do poder continua viva, presente nas relações econômicas e sociais que mantêm a desigualdade como estrutura. É nesse cruzamento entre patriarcado, racismo e capitalismo que a pobreza feminina se consolida, revelando que a fome não é ausência de alimento, mas resultado de um projeto de exclusão.

O problema que guia esta pesquisa nasce dessa constatação de como a pobreza e a fome não são neutras, e seus impactos recaem de maneira desigual sobre as mulheres, em especial as negras. Entender como essas desigualdades se produzem e se reproduzem é fundamental para que se possa pensar em formas de enfrentamento e emancipação. Este trabalho parte, portanto, da necessidade de olhar para a fome e a pobreza como

expressões políticas e estruturais e não como falhas individuais. A justificativa está em evidenciar que falar de desigualdade é também falar de poder, de quem o detém e de quem é sistematicamente privado dele. Ao mesmo tempo, este estudo reconhece que, diante da violência cotidiana da fome e da exclusão, as mulheres seguem criando redes de solidariedade, mobilizando saberes e reinventando a vida.

Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é analisar como a feminização da pobreza e a fome funcionam como instrumentos de dominação patriarcal e colonial, e como as mulheres, especialmente as negras, constroem práticas de resistência diante dessa realidade. A pesquisa é de natureza qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica crítica e interdisciplinar, dialogando com autoras e autores que iluminam as estruturas de poder e resistência como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Davis, bell hooks, Silvia Federici, Helena Hirata, María Lugones e Aníbal Quijano. A metodologia adota uma perspectiva feminista, interseccional e decolonial, que valoriza o olhar situado e as experiências vividas, reconhecendo o saber produzido pelas próprias mulheres como fonte legítima de conhecimento.

Assim, mais do que compreender a fome e a pobreza como dados econômicos, este artigo busca enxergá-las como parte de uma narrativa histórica de dominação, mas também de luta, força e resistência. Porque, apesar de todas as violências, às mulheres, sobretudo as negras, seguem sendo o alicerce de um país que insiste em sobreviver, e que encontra na solidariedade e no cuidado caminhos possíveis para o bem-viver.

### **A feminização da pobreza e os direitos humanos: interseções entre raça, classe e gênero**

A pobreza, quando analisada sob a perspectiva de gênero e raça, ultrapassa a dimensão puramente econômica e revela-se como uma questão estrutural e de direitos humanos. Ela expressa a permanência de sistemas de poder que hierarquizam corpos, definem lugares sociais e naturalizam desigualdades históricas. Como argumentam Hirata e Kergoat (1994), a classe trabalhadora tem dois sexos, o que significa reconhecer que as experiências de homens e mulheres, ainda que inseridas na mesma lógica de exploração capitalista, não são equivalentes. A divisão sexual do trabalho e a persistência de estereótipos de gênero estruturam relações assimétricas que colocam as mulheres, sobretudo as negras, em posição de desvantagem econômica e social.

A pobreza, portanto, não se distribui de forma neutra. Ela é racializada e generificada, produzida por estruturas que articulam gênero, raça e classe na manutenção de desigualdades materiais e simbólicas. As mulheres negras, em particular, são duplamente atingidas, pela exploração econômica que precariza suas condições de vida e pela discriminação racial e de gênero que limita suas oportunidades e restringe seus direitos. Essa articulação de opressões configura o que a literatura denomina interseccionalidade,

conceito fundamental para compreender como diferentes formas de dominação operam de maneira simultânea e interdependente na vida das mulheres (Crenshaw, 2002). Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, complementam que a

a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária entre outras são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS, 2021, p.16-17).

As autoras compreendem a interseccionalidade como uma ferramenta analítica potente justamente porque nasce da vida real das pessoas e, por isso, pode atravessar diversas áreas do conhecimento. Ela ressalta que esse olhar integrado não é exclusivo da experiência norte-americana, no Brasil, o movimento de mulheres negras também tem utilizado a interseccionalidade para dar nome aos desafios que enfrentam todos os dias como o racismo, o sexismo e a pobreza. Assim, para Collins, a luta das mulheres negras brasileiras revela como o conceito ganha sentidos concretos quando se aproxima das vivências e das necessidades de cada contexto (Collins, 2021).

Sob essa ótica, a pobreza não é apenas a ausência de recursos financeiros, mas a negação do direito à dignidade, à igualdade e à cidadania plena, dimensões centrais dos direitos humanos. Ela é também uma expressão contemporânea da colonialidade do poder e do gênero, na medida em que mantém vivos os mecanismos de exclusão construídos durante o processo colonial e reproduzidos nas estruturas sociais, econômicas e políticas atuais (Quijano, 2005) (Lugones, 2014). O corpo feminino negro, nesse contexto, torna-se o principal alvo da precarização, do controle e da desvalorização social, herdeiro direto de uma lógica patriarcal e racista que continua a definir o lugar de quem “pode” e de quem “não pode” prosperar.

A desigualdade econômica que recai sobre as mulheres não surge de situações individuais, mas de uma construção social que atravessa gerações. Foi para dar visibilidade a esse fenômeno estrutural que a socióloga norte-americana Diana Pearce trouxe, em 1978, o termo feminização da pobreza. A autora chamou atenção para o aumento contínuo da proporção de mulheres vivendo em situação de pobreza, especialmente daquelas que assumem sozinhas a responsabilidade por suas famílias (Medeiros, 2023). Tal constatação revelou que a pobreza não pode ser compreendida apenas como ausência de renda, mas como expressão direta das desigualdades de gênero.

Na prática, isso significa perceber que a organização social do cuidado permanece sendo atribuída quase exclusivamente às mulheres. Atividades como limpar, cozinhar, criar e cuidar, fundamentais à manutenção da vida, são naturalizadas como “dever feminino”, ao mesmo tempo em que seguem invisibilizadas e desvalorizadas. Como discute Bourdieu (1998), essas normas de gênero operam como estruturas incorporadas nos corpos e no cotidiano, orientando comportamentos e expectativas que limitam as possibilidades femininas, especialmente no campo profissional.

A feminização da pobreza está, portanto, na intersecção entre a exploração do trabalho reprodutivo, a desigual remuneração e a exclusão das mulheres dos espaços de poder. Mesmo quando inseridas no mercado de trabalho, elas recebem menos, acumulam jornadas e enfrentam maiores obstáculos para acessar autonomia econômica e direitos. Esse processo não atinge todas de modo igual as mulheres negras, indígenas e imigrantes encontram barreiras adicionais, resultantes do entrelaçamento entre racismo, sexismo e desigualdades territoriais (Pearce, 1989) (Costa *et al.*, 2005).

Assim, o conceito formulado por Pearce não se limita a constatar que há mais mulheres pobres. Ele denuncia que ser mulher, em uma sociedade patriarcal e racializada, já constitui um fator de vulnerabilização econômica. Quase meio século após sua formulação, a pergunta permanece urgente: como assegurar justiça social quando o trabalho das mulheres (material e emocional), continua sendo indispensável para todos, mas plenamente reconhecido e remunerado por tão poucos?.

No Brasil, o fenômeno assume contornos ainda mais complexos devido à herança colonial, à escravidão e à persistência do racismo estrutural. A chamada feminização da pobreza é, aqui, indissociável da feminização do trabalho precário e da racialização da pobreza. Como demonstram Lopes e Prates (2021), as mulheres negras chefes de família estão sob o maior risco de vulnerabilidade social, pois enfrentam barreiras históricas de acesso à educação, à renda e à moradia digna. A ausência de políticas públicas efetivas de cuidado e a divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pelas tarefas domésticas e familiares, aprofundam essa desigualdade.

Silvia Federici (2019), por sua vez, contribui para essa compreensão ao evidenciar que o trabalho reprodutivo, doméstico e do cuidado, realizado majoritariamente por mulheres, é invisibilizado e desvalorizado pelo capitalismo. Esse tipo de trabalho, essencial para a manutenção da vida, sustenta o sistema, mas não é reconhecido como produtivo em si. Assim, ao acumularem o trabalho remunerado muitas vezes informal e precário com o trabalho doméstico não pago, as mulheres vivenciam um ciclo contínuo de sobrecarga e exaustão.

Esse cenário é agravado pelas desigualdades raciais. Gonzalez (2019) ressalta que a segregação socioespacial é uma das expressões mais evidentes do racismo estrutural no

Brasil. Segundo a autora, “o lugar natural do negro é [...] das senzalas às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos habitacionais” (Gonzalez, 2019, p. 246), demonstrando que o espaço urbano reflete as hierarquias raciais e de classe que delimitam as possibilidades de mobilidade social. A distribuição desigual do território, portanto, é também uma forma de violência simbólica, que mantém as populações negras e periféricas afastadas dos centros de poder e decisão.

A trajetória histórica das mulheres negras no pós-abolição ilustra de forma contundente a permanência dessas estruturas de opressão. Com o fim da escravidão, a liberdade formal não se traduziu em inclusão social ou acesso a direitos. Sem terra, sem educação e sem oportunidades, às mulheres negras foram empurradas para o trabalho doméstico, reproduzindo as relações coloniais de subalternidade e exploração (Lopes; Prates, 2021).

Angela Davis (2013) observa que, ao longo do século XX, o serviço doméstico foi uma das principais ocupações femininas negras, marcado por jornadas extenuantes, baixos salários e condições degradantes, em muitos casos semelhantes à escravidão. A autora descreve essa realidade como uma “escravidão velada”, sustentada por práticas de assédio, abuso sexual e exploração laboral.

Essa dinâmica revela como o capitalismo, o patriarcado e o racismo se entrelaçam na produção da pobreza feminina negra. O sistema econômico depende do trabalho invisível e subvalorizado das mulheres, enquanto o racismo define quem ocupará os espaços mais precários e exaustivos. A feminilização da pobreza, nesse sentido, não é apenas um dado estatístico, mas a expressão de uma violação estrutural dos direitos humanos, que compromete o princípio da dignidade humana e o direito à igualdade substantiva.

Contudo, mesmo diante dessas condições adversas, as mulheres negras têm construído estratégias de resistência, solidariedade e cuidado coletivo. Elas reinventam o cotidiano, transformando o ato de cuidar em prática política e o trabalho em espaço de reconstrução de identidade e pertencimento. Suas trajetórias demonstram que a luta contra a feminização da pobreza é, antes de tudo, uma luta por reconhecimento, por redistribuição e por descolonização das relações sociais.

Assim, a feminização da pobreza, portanto, não pode ser compreendida de forma dissociada das estruturas históricas que a sustentam. Ela é o reflexo mais cruel de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que depende do trabalho e do cuidado das mulheres, especialmente das mulheres negras, nega-lhes reconhecimento, renda e dignidade. Essa desigualdade, enraizada na colonialidade do poder e do gênero, alimenta não apenas a exclusão social, mas também a fome, uma fome que ultrapassa a falta de alimento e se manifesta como negação de direitos, de autonomia e de existência plena.

### **Feminização da pobreza no Brasil: um retrato da atualidade**

A pobreza no Brasil tem gênero, tem cor e tem nome: ela se materializa na vida das mulheres, especialmente das mulheres negras, que carregam nas costas a difícil tarefa de sustentar suas famílias, seus territórios e a própria sociedade e quase sempre sem o devido reconhecimento. Esse fenômeno, conhecido como feminização da pobreza, não é fruto do acaso, mas de uma longa trajetória de desigualdades.

Ainda na década de 1970, Carmem Barroso (1978) foi uma das primeiras pesquisadoras a denunciar que o crescimento das famílias chefiadas por mulheres estava associado à precariedade econômica. Seus resultados já revelavam que essas chefias femininas tinham menor escolaridade e menos acesso a trabalho e renda. Como observa Maria Salet Ferreira Novellino, aquele achado de mais de quarenta anos atrás anunciava um processo histórico que se mantém vivo e doloroso no país (Novellino, 2004).

Sueli Carneiro (2019) acrescenta uma dimensão essencial a essa análise, a pobreza não atravessa todas as mulheres da mesma forma. Para as mulheres negras, o racismo aprofunda as violências sociais, empurrando-as para o ponto mais distante dos direitos e das oportunidades. Sua luta pela sobrevivência é uma luta diária contra estruturas que insistem em negar-lhes autonomia, voz e dignidade.

As estatísticas confirmam essas vivências. O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA, 2003) já mostrava que as mulheres negras eram as que mais enfrentavam obstáculos no acesso à educação, ao emprego e aos serviços essenciais. Duas décadas depois, essas barreiras não só persistem como se acentuaram.

Durante a pandemia do Covid-19, enquanto o mundo se trancava dentro de casa, foram elas, as mulheres negras, pobres, mães, trabalhadoras, que sentiram primeiro e com maior intensidade o impacto do isolamento. Segundo o IPEA (2021), mulheres, pessoas negras e jovens formaram o grupo mais atingido pelo desemprego e pela perda de renda. Isso porque, diante do fechamento das escolas, o cuidado, que é trabalho, dobrou. E esse cuidado continua sendo considerado responsabilidade das mulheres.

O estudo da MADE/USP (2021) revela que, entre mulheres negras, a pobreza saltou de 33% antes da pandemia para 38% em 2021. Já o desemprego atingiu 17,2% das pessoas negras em 2020, e as mulheres sempre mais do que os homens. O que os números mostram de forma fria é que a desigualdade estruturada ao longo da história se fez ainda mais visível nas situações de crise.

O IBGE (2024) aprofunda esse diagnóstico, as mulheres dedicam, em média, quase o dobro de horas que os homens aos afazeres domésticos e aos cuidados, tarefa ainda mais presente na vida da mulher negra e de baixa renda. Para muitas, a conta é amarga, menos

tempo disponível para trabalhar significa menos renda, menos direitos, menos escolhas sobre o próprio futuro.

Mesmo quando conseguem se inserir no mercado de trabalho, frequentemente ocupam posições marcadas pela informalidade e pelos salários mais baixos. O serviço doméstico remunerado, uma herança direta das relações coloniais e escravocratas, ainda é exercido quase exclusivamente por mulheres, 91,3% delas, majoritariamente negras (IBGE, 2024). No trabalho de cuidado remunerado, esse padrão se repete: 93,5% são mulheres, sendo 65,2% negras (IPEA, 2025). Sustentam o cuidado de toda a sociedade, mas permanecem invisibilizadas e precarizadas.

Essas mulheres sabem, com seus corpos e trajetórias, que a pobreza tem cor e sexo. Sabem que sua sobrevivência é garantida ao custo de muito esforço e pouca proteção. Sabem que são pilares de suas famílias e comunidades, mas ainda tratadas como dispensáveis pelo Estado e pelo mercado. Não se trata, portanto, apenas de números. Trata-se de vidas. De mulheres que cuidam para que o país funcione, mas que raramente são cuidadas pelo país.

Assim, a feminização da pobreza no Brasil é resultado da combinação perversa entre desigualdades de gênero, racismo estrutural e desvalorização do trabalho reprodutivo. Enfrentar essa realidade exige transformar não apenas políticas públicas, mas as próprias estruturas sociais que continuam a empurrar as mulheres negras para as margens. Isso significa garantir acesso à educação, renda, saúde, moradia e creches, mas também reconhecer que essas mulheres não são apenas estatísticas: são protagonistas de uma luta histórica por justiça, igualdade e direito ao próprio destino.

Portanto, compreender a pobreza sob a ótica de gênero e raça é também reconhecer a fome como expressão política de um sistema patriarcal que transforma a carência em forma de dominação. É nesse ponto de encontro entre o pão e o poder que se abre a próxima reflexão, voltada a desvendar como o patriarcado, o neoliberalismo e a lógica do capital perpetuam a fome e a desigualdade como mecanismos de controle sobre as mulheres e seus corpos.

### **Fome e desigualdade: o patriarcado como sistema de dominação**

A fome é mais do que um fenômeno biológico, ela é expressão política e estrutural da desigualdade social. Em sociedades organizadas sob a lógica patriarcal e capitalista, a fome reflete as hierarquias de gênero, raça e classe que determinam quais vidas são dignas de plenitude e quais estão condenadas à escassez. Como explica Gerda Lerner (2019), o patriarcado instituiu um sistema de dominação que transformou diferenças biológicas em fundamentos sociais e políticos de desigualdade, sustentando-se pela subordinação das

mulheres e pela apropriação de seu trabalho. Essa estrutura, consolidada historicamente, permanece viva na contemporaneidade, reproduzindo-se sob novas formas de exploração e precarização.

A divisão sexual do trabalho, como analisa Flávia Biroli (2018), é um dos mecanismos centrais dessa dominação. Ao atribuir às mulheres as tarefas de cuidado e de reprodução da vida, o patriarcado cria uma hierarquia que desvaloriza o trabalho doméstico e invisibiliza o esforço cotidiano de manutenção da existência. Essa lógica é intensificada pelo neoliberalismo, que transfere responsabilidades sociais e econômicas do Estado para o âmbito privado, reforçando a sobrecarga feminina. O resultado é a naturalização da pobreza entre mulheres, especialmente negras, que seguem sustentando a base da vida social sem o devido reconhecimento.

Silvia Federici (2019) argumenta que o capitalismo só se tornou possível porque domesticou e apropriou o corpo e o trabalho das mulheres, sobretudo no espaço doméstico. O trabalho reprodutivo, o cozinhar, limpar, criar filhos, cuidar de idosos, é essencial para a reprodução da força de trabalho e, portanto, para o funcionamento da economia, embora seja tratado como uma atividade sem valor econômico. Nesse mesmo sentido Angela Davis, complementa que,

As inúmeras tarefas conhecidas coletivamente como “tarefas domésticas” - cozinhar, lavar a louça, lavar roupa, fazer a cama, varrer, comprar, etc - aparentemente consomem três a quatro mil horas anuais de uma dona de casa. Tão surpreendente quanto essa estatística poderá ser o facto do mesmo não contabilizar a variável inquantificável que as mães devem dar atenção aos seus filhos. Assim como os deveres maternais da mulher são tomados como garantidos, também a interminável labuta da dona de casa é raramente apreciada dentro do seio familiar. O trabalho doméstico é virtualmente invisível. “Ninguém nota a não ser que não esteja feito” - Nós notamos a cama desfeita, mas não o chão esfregado e polido”. Invisível, repetitivo, exaustivo, improdutivo, não criativo - Estes são os adjetivos que a maioria capta da natureza das tarefas domésticas (Davis, 2013, p. 159).

Federici denuncia que o “amor” e o “instinto materno” foram construídos como justificativas ideológicas para ocultar a exploração do trabalho feminino. Nesse sentido, a fome que atinge as mulheres não é um acidente histórico, mas consequência de uma estrutura que as coloca no centro da produção da vida, mas à margem dos seus frutos.

bell hooks (2022), em seu livro: *E eu não sou uma mulher?*, reforça que a dominação patriarcal está intrinsecamente ligada ao racismo. Ao narrar a história das mulheres negras nos Estados Unidos, ela revela como a escravidão instituiu uma hierarquia social que combinava gênero e raça, colocando as mulheres negras na base de uma escala de humanidade. hooks descreve que, durante a escravidão, “a nudez da mulher africana servia como um constante lembrete da sua vulnerabilidade sexual”, e que o estupro era “um

método comum de tortura usado pelos escravizadores para subjugar negras recalcitrantes” (hooks, 2022, p. 41). Para a autora, o corpo da mulher negra foi transformado em território de dominação e desumanização, e a ameaça de violência física, sexual e simbólica, no qual produziu um terror psíquico que atravessa gerações.

Em outro momento da obra, hooks (2022, p. 93) explica que a sociedade branca criou uma hierarquia baseada em raça e sexo, na qual “homens brancos ocupavam o primeiro lugar, mulheres brancas o segundo, às vezes no mesmo patamar dos homens negros, e as mulheres negras eram as últimas”. Essa estrutura, embora nascida no contexto estadunidense, ecoa profundamente na formação social brasileira, também edificada sobre a escravidão e o genocídio dos povos africanos e indígenas. O patriarcado, nesse sentido, opera como um sistema de poder que organiza a desigualdade e legitima a fome, tanto a fome física quanto a fome simbólica de reconhecimento e dignidade.

Angela Davis (2013) complementa essa análise ao mostrar que, após a abolição, as mulheres negras continuam presas a formas degradantes de trabalho, especialmente o doméstico, herdando uma posição de subordinação que reforça o racismo estrutural. A exploração do trabalho doméstico e de cuidado, ainda hoje, reproduz as marcas da escravidão, fazendo das mulheres negras as principais vítimas da precarização e da insegurança alimentar. Assim, a fome é também um marcador racial: ela evidencia quem foi historicamente privado do direito de comer e de viver com dignidade.

Hirata (2016) observa que, no contexto neoliberal, as transformações produtivas e a intensificação da informalidade agravaram as desigualdades de gênero. As mulheres, sobretudo as pobres, enfrentam uma tripla jornada — produtiva, reprodutiva e emocional —, em um cenário de desmonte de políticas públicas e de retração do Estado. O patriarcado neoliberal, ao promover a meritocracia e o individualismo, esvazia o sentido coletivo do cuidado e transforma a sobrevivência em responsabilidade privada. Dessa forma, a fome torna-se o reflexo da desumanização promovida por um sistema que concentra riqueza e destrói solidariedades.

Diante disso, as mulheres, especialmente as negras, transformam o ato de alimentar em um gesto de resistência. Nas cozinhas comunitárias, nas hortas urbanas e nos coletivos de solidariedade, elas reinventam o cuidado como prática política. Como destaca hooks (2022), a libertação das mulheres negras não se resume à igualdade formal, mas à reconstrução de um mundo onde o amor, a dignidade e o alimento sejam partilhados. Lutar contra a fome, portanto, é lutar contra o patriarcado, contra o racismo e contra todas as formas de dominação que negam às mulheres o direito de viver plenamente.

### **Entre direitos e silenciamentos: as instituições e a persistência da vulnerabilidade feminina**

Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades econômicas, raciais e de gênero, as mulheres pobres seguem sendo as mais atingidas pela precariedade das condições de vida. A vulnerabilidade não se trata de uma circunstância isolada ou ocasional, mas da consequência direta de estruturas sociais que reproduzem desigualdade de forma contínua.

Para Jessé Souza (2022), as instituições brasileiras foram historicamente moldadas para manter hierarquias sociais, ainda que os discursos legais defendam a igualdade e a dignidade humana. Há, portanto, um abismo entre a promessa universal dos direitos e sua efetivação. Esse descompasso revela o que o autor denomina “padrão de má-fé institucional”, uma prática sistemática que naturaliza privilégios, criminaliza e desumaniza os mais pobres, negando-lhes acesso pleno à justiça e aos direitos fundamentais.

Quando essa desigualdade institucional encontra o patriarcado, seus efeitos se intensificam especialmente sobre as mulheres. Ainda persiste uma cultura que associa o feminino à fragilidade, dependência e submissão, legitimando violações que vão desde a violência doméstica até a precarização estrutural de sua participação no mundo público. A maternidade, por exemplo, é socialmente tratada como uma missão natural das mulheres e não como trabalho. No entanto, cuidar de filhos exige tempo, energia, recursos financeiros e uma carga mental que recai quase exclusivamente sobre as mães (Fleury Saliba; Gonçalves Saliba, 2024).

Assim, a desigualdade que mantém mulheres negras e pobres à margem da proteção institucional não é um acidente ou uma falha pontual: ela é parte estrutural do sistema que organiza nossa sociedade. A precarização da vida dessas mulheres, sobretudo das que são mães, demonstra que os direitos humanos seguem sendo um privilégio de poucos, e não uma garantia universal. Para transformar essa realidade, é necessário romper com práticas institucionais que reforçam a pobreza e com a lógica patriarcal que invisibiliza o trabalho do cuidado (Fleury Saliba; Gonçalves Saliba, 2024). Proteger mulheres é garantir que seus direitos sejam reconhecidos na teoria e efetivados na prática. Somente assim será possível construir uma sociedade na qual todas as vidas — e especialmente aquelas que sustentam a vida — sejam verdadeiramente respeitadas e valorizadas.

A pobreza possui uma dimensão generificada, pois atinge mulheres e homens de maneiras distintas, conforme apontam estudos recentes. Enquanto algumas abordagens incluem as mulheres apenas como parte da população pobre, outra corrente compreende o gênero como uma estrutura social que determina formas diferentes de vivenciar e enfrentar a pobreza (Vega, 2019). Nesse sentido, as desigualdades de gênero e o acesso limitado aos direitos e capacidades colocam as mulheres em maior desvantagem diante de situações de empobrecimento. Elas estão mais expostas a condições exploratórias, trabalham mais horas que os homens tanto em atividades produtivas quanto reprodutivas,

e ainda recebem salários menores. Ademais, enfrentam barreiras culturais, legais e trabalhistas que restringem sua mobilidade e ascensão social. Assim, a pobreza costuma ser mais persistente entre as mulheres, ao passo que, entre os homens, tende a ser mais transitória. Dessa forma, “a realização dos direitos humanos das mulheres e o seu empoderamento é, portanto, um ingrediente-chave da luta maior contra a pobreza e pelos direitos humanos” (Vega, 2019, p. 195, *apud* Mohgadam, 2005, p. 31-32).

A superação desse cenário exige mudanças estruturais, especialmente no que diz respeito à cultura patriarcal historicamente construída e naturalizada. Por essa razão, para além de políticas públicas socioeconômicas, torna-se necessário investir em ações de conscientização social capazes de transformar a organização das relações de gênero e sua distribuição desigual de responsabilidades. Nesse contexto, o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2021) representa um importante instrumento institucional de enfrentamento às desigualdades, ao orientar que operadores do direito considerem as especificidades das mulheres e os marcadores sociais que atravessam suas trajetórias.

O documento adota uma perspectiva interseccional ao compreender que a pobreza atua como fator agravante das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres, especialmente quando articulada com raça e classe. Entre os exemplos destacados, está o trabalho doméstico e de cuidado, marcado pela baixa remuneração, informalidade, ausência de garantias trabalhistas e condições precárias de trabalho — elementos que historicamente recaem sobre mulheres negras e periféricas. Ao reforçar desigualdades estruturais, tal cenário contribui diretamente para o fenômeno da “feminização da pobreza” (CNJ, 2021, p. 26). Dessa forma, o Protocolo busca fornecer diretrizes que contribuam para julgamentos mais equitativos, coerentes com os direitos humanos das mulheres e alinhados ao enfrentamento das desigualdades de gênero que persistem no sistema de justiça.

Além da necessidade de transformação da cultura patriarcal que naturaliza a responsabilização feminina pelas tarefas de cuidado, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades estruturais que incidem sobre as mulheres. Medidas como a ampliação de creches em tempo integral, o incentivo à participação paterna no cuidado, a equiparação salarial entre homens e mulheres e a garantia de benefícios sociais constituem estratégias fundamentais para mitigar os efeitos da maternidade como fator de intensificação da pobreza, uma vez que as mulheres precisam dedicar-se mais intensamente ao cuidado dos filhos, comprometendo sua autonomia financeira e sua inserção no mercado de trabalho.

Esse cenário se agravou durante a pandemia de Covid-19, quando as medidas de isolamento social ampliaram de forma dramática a sobrecarga feminina. A já conhecida

“tripla jornada” — cuidado, trabalho remunerado e tarefas domésticas — tornou-se ainda mais pesada, revelando a centralidade das mulheres na manutenção da vida e da rotina familiar. Como aponta Silva *et al.* (2021), as mães se viram diante de um “malabarismo” contínuo para garantir a sobrevivência da família, com impactos diretos na saúde mental. De modo particular, as mães solas, responsáveis simultaneamente pelo sustento e pelo cuidado, encontraram-se em posição de maior desgaste físico e emocional, evidenciando as desigualdades que atravessam a maternidade no Brasil contemporâneo.

Diante do exposto, fica evidente que a redução da vulnerabilidade das mulheres pobres, especialmente das mulheres negras, não depende apenas da implementação de políticas públicas pontuais, mas de uma transformação estrutural da sociedade patriarcal e racializada, que historicamente atribuiu às mulheres negras a responsabilidade exclusiva pelo cuidado e pela reprodução da vida, enquanto limita seu acesso a oportunidades econômicas e sociais. A interseção entre desigualdade de gênero, raça e classe reforça a feminização da pobreza, impondo sobre essas mulheres jornadas exaustivas, múltiplas responsabilidades e sobrecarga emocional, comprometendo seu bem-estar físico e mental. Assim, a promoção de medidas que conciliem a distribuição equitativa do trabalho reprodutivo, o acesso a direitos laborais e sociais, e o fortalecimento de redes de apoio constitui um passo essencial não apenas para a justiça social, mas também para a efetivação dos direitos humanos, reafirmando que a superação da pobreza feminina passa necessariamente pela valorização, proteção e empoderamento das mulheres negras.

### **Considerações Finais**

Este artigo analisou a feminização da pobreza não como um acidente econômico, mas como uma das expressões cruéis da colonialidade contemporânea. Evidenciamos que a pobreza e a fome são, na realidade, instrumentos políticos de controle e exclusão, estruturados pela articulação perversa entre patriarcado, racismo e desigualdade social.

A análise demonstrou que a persistência da pobreza tem rosto de mulher e na maioria das vezes ela é negra no Brasil, resultado direto da herança colonial e escravocrata que empurrou essas mulheres para a base da pirâmide social. Essa vulnerabilidade é intensificada pela desvalorização sistemática e invisibilização do trabalho reprodutivo e do cuidado, essencial para o funcionamento do sistema capitalista, mas imposto às mulheres (especialmente as negras) como uma "tarefa feminina" não remunerada e exaustiva. Estatisticamente, as mulheres negras acumulam o dobro de horas de trabalho de cuidado e são as mais atingidas pela precariedade e informalidade.

A negação da dignidade e da cidadania plena é mantida por estruturas institucionais que criam um abismo entre os direitos formais e a realidade vivida, conforme apontado pelo padrão de má-fé institucional. Contudo, o estudo ressaltou que, diante da dominação

patriarcal e racial, as mulheres negras emergem como protagonistas na construção de práticas de resistência, solidariedade e cuidado coletivo. Elas transformam o ato de alimentar em um gesto de resistência, exemplificado no trabalho essencial das cozinhas comunitárias e nos coletivos de solidariedade, onde reinventam o cuidado como prática política.

Portanto, a superação da feminização da pobreza exige mais do que políticas assistenciais pontuais; requer uma transformação estrutural da sociedade patriarcal e racializada. É imperativo que se promova o reconhecimento e a valorização plena do trabalho das mulheres negras, a equidade salarial e a distribuição equitativa das responsabilidades reprodutivas, por meio de medidas como a ampliação de creches e o incentivo à participação paterna. O fortalecimento de instrumentos institucionais como o Protocolo do CNJ e a garantia de direitos plenos são passos essenciais para romper os ciclos de exclusão histórica. Em última instância, lutar contra a feminização da pobreza é lutar pela descolonização das relações sociais e pela efetivação dos direitos humanos, construindo um caminho para uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, na qual a dignidade e a vida das mulheres que sustentam o mundo sejam valorizadas e protegidas.

### Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CENTRO DE PESQUISA EM MACROECONOMIA DAS DESIGUALDADES (MADE/USP). **Nota política econômica nº 010**. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf#:~:text=Esta%20nota%20analisa%20a%20import%C3%A2ncia%20do%20Aux%C3%ADlio,especial%20das%20mulheres%20negras%2C%20durante%20a%20pandemia%2C>. Acesso em: 10 out. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero 2021**. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Brasília: Enfam, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/10/protocolo-18-10-2021-final.pdf>. Acesso em 29 out. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021.

COSTA, Joana Simões *et. al.* **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília: Ipea, 2005.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Grã Bretanha. Plataforma Gueto, 2013.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FLEURY SALIBA, Isadora; GONÇALVES SALIBA, Maurício; DE ALMEIDA SALVADOR, Juliana. Mulheres e pobreza: as diversas faces da vulnerabilidade feminina. **Revista Juris UniToledo**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 1–22, 2024. Disponível em: <https://wyden.periodicoscientificos.com.br/index.php/jurisunitoledo/article/view/379>. Acesso em: 29 out. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In.*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019; (p. 237-256).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **A classe operária tem dois sexos**. *In.*: Revista Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, v.2., nº 3. Florianópolis, 1994.

HIRATA, Helena. **O cuidado em domicílio na França e no Brasil**. *In.*: Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. Org: Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata, Maria Rosa Lombardi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvli Libanio. - 11ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil – 2ª edição**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 10 out. 2025.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil – 3ª edição**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 10 out. 2025.

IPEA 3 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; UNIFEM 3 Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. **Retrato das Desigualdades** - Gênero e Raça. Brasília: Ipea, 2003.

IPEA 3 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. IPEA. O cuidado enquanto ocupação: em que condições? *In: Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, n. 79, abr. 2025. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 10 out. 2025

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da Opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.

LOPES, Dienifer Aparecida; PRATES, Angela Maria Moura Costa. Feminização da pobreza: relações de gênero, racismo e trabalho. *In: Mulheres em situação de vulnerabilidade*. 1. ed. São Luís do Maranhão, MA. Editora Expressão Feminista, 2021.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e os pobres**: o Brasil e a desigualdade. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2023.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Feminização da Pobreza**: um estudo sobre as mulheres chefes de família. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PEARCE, Diana. **The feminization of poverty: a second look**. Washington, D.C.: IWPR, 1989. Disponível em: <https://iwpr.org/wp-content/uploads/2021/01/D401.pdf>. Acesso em: 18 de out. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *In: LANDER, Edgardo (Org.)*. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO. p. 117-142. 2005. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 24 mai. 2025.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**. Rio de Janeiro: civilização brasileira. 2022.

VEGA, Ania Pupo. Pobreza Feminina: desvendando suas raízes. **Revista TEL**, Irati, v. 10, n.2, p. 177-200, jul./dez. 2019-ISSN 2177- 6644.

Sobre o/a (s) autor/a (s):

Mayara Grasiella Silvério

Advogada e Contadora. Mestranda em Direitos Humanos e Políticas Públicas, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR) - Campus Curitiba; Pós-graduada em Direito Empresarial, Planejamento Sucessório e Inovações Digitais, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR) - Campus Londrina; Graduada em Direito e pesquisadora do GEVIGE - Grupo de Estudos sobre Violências de Gênero da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR) - Câmpus Toledo. Graduada em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR) – Campus Toledo. MBA em Administração Financeira, Contábil e Controladoria, pelo Centro Universitário de Cascavel (UNIVEL).

E-mail: [mayaragradiella@hotmail.com](mailto:mayaragradiella@hotmail.com).

Jaci de Fátima Candiotta

Professora do Mestrado em Direitos humanos e Políticas Públicas (PUCPR) e do curso de Teologia da PUCPR. Editora-chefe da Revista Caderno Teológico PUCPR. Pós-doutorado no Institut Catholique de Paris, França (2014-2015). Doutorado em Teologia (2012) e Mestrado em Teologia (2008) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2002), Bacharelado em Teologia pelo Studium Theologicum (1995), Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1991). É professora convidada da Universidade Católica de Moçambique para o Doutorado em Humanidades. Membro do Grupo de Pesquisa Ecocultura e Ecofeminismo vinculado ao Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião CITER - Universidade Católica Portuguesa Lisboa. Membro associado da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião ? SOTER. Membro do Grupo de Estudos de Gênero e Religião - Mandrágora/Netmal. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Teologia, Gênero e Educação. Tem experiência na área de Teologia sistemática, Antropologia cristã, Cultura Religiosa e Direitos Humanos. Atua principalmente nos seguintes temas: Antropologia cristã, Relações de gênero. Ecofeminismo. Suas últimas publicações estão concentradas nas relações entre Teologia e Gênero, Antropologia Teológica, História da teologia das mulheres na América Latina, Ecofeminismo e Direitos Humanos.

E-mail: [jacicandiotta@gmail.com](mailto:jacicandiotta@gmail.com)